

O lazer no Ilê Aiyê: inspirações do movimento negro pós-abolição

RESUMO

Este artigo discorre sobre as influências das práticas de lazer em agremiações e associações negras pós-abolição na politização e criação de entidades resistentes. Avaliamos como as formas de lazer contribuíram para o crescimento das massas dos movimentos antirracistas, criando oportunidades de profissionalização e atuação artístico-políticas. Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico, com base no texto “Movimento negro brasileiro e sua trajetória para inclusão da diversidade étnico-racial” escrito por Ana Célia da Silva, que investigou desde os movimentos dos homens de cor, passando pelo TEN, Teatro Experimental do Negro, até os dias atuais com organizações como a Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê. Em termos de resultados esperamos enxertar novos pensamentos sobre o lazer como campo politizado e aglutinador da maioria negra atingida pelo racismo em todas as suas formas de manifestação, tanto cultural quanto social e político.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer; Movimento negro; Educação; Antirracismo

Anália de Jesus Moreira

Pós-doutorado
Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia, Amargosa-BA, Brasil
nanamoreiraam@ufbr.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-2719-2255>

Maria Cecília de Paula Silva

Pós-doutorado
Universidade Federal da Bahia,
Salvador-Ba, Brasil
ceciliadepaula.ufba@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3506-8510>

Leisure at Ilê Aiyê: inspirations from the post-abolition black movement

ABSTRACT

This article discusses the influences of leisure practices in post-abolition black groups and associations on politicization and the creation of resistant entities. We evaluate how forms of leisure contributed to the growth of the masses of anti-racist movements, creating opportunities for professionalization and artistic-political action. Methodologically, this is a bibliographical study, based on the text “Brazilian black movement and its trajectory towards the inclusion of ethnic-racial diversity” written by Ana Célia da Silva, who investigated everything from the movements of men of color, through TEN, Teatro Experimental do Negro, to the present day with organizations such as Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê. In terms of results, we hope to graft new thoughts on leisure as a politicized field that brings together the black majority affected by racism in all its forms of manifestation, both cultural, social and political.

KEYWORDS: Leisure; Black movement; Education; Antiracism

Ocio en Ilê Aiyê: inspiraciones del movimiento negro pos-abolición

RESUMEN

Este artículo analiza las influencias de las prácticas de ocio en grupos y asociaciones negros posteriores a la abolición sobre la politización y la creación de entidades resistentes. Evaluamos cómo las formas de ocio contribuyeron al crecimiento de las masas de los movimientos antirracistas, creando oportunidades de profesionalización y acción artístico-política. Metodológicamente, se trata de un estudio bibliográfico, basado en el texto “El movimiento negro brasileño y su trayectoria hacia la inclusión de la diversidad étnico-racial” escrito por Ana Célia da Silva, que investigó desde los movimientos de los hombres de color, pasando por TEN, Teatro Experimental do Negro, hasta la actualidad con organizaciones como la Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê. En términos de resultados, esperamos injertar nuevas reflexiones sobre el ocio como un campo politizado que reúne a la mayoría negra afectada por el racismo en todas sus formas de manifestación, tanto cultural como social y política.

PALABRAS-CLAVE: Ocio; Movimiento negro; Educación; Anti-racismo

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de um dos capítulos da tese “As concepções de corpo na Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê: um estudo a partir da história do bloco e das práticas pedagógicas da Escola Mãe Hilda e Banda Erê” gestada em 2013 na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Foi atualizado para fins de publicação no periódico, recebendo novas referências para garantir o caráter de ineditismo. Com isso, sofre modificações textuais que vão desde sua metodologia até as considerações finais. Para a compreensão mais apurada, necessário se faz traçar um breve histórico sobre a existência do Ilê Aiyê.

Em 1º de novembro de 1974 nascia com o Ilê Aiyê¹ uma nova estética negra em uma cidade onde a maioria da população não se fazia representar de forma tão performativa. Do impacto cênico inicial gerado pelo desfile em 1975, o processo edificou-se depois na assunção de identidade social. Era uma necessidade. Jornais da época, políticos e intelectuais dividiram as repercussões de tal empolgante desfile de apelo afrocentrista em Salvador, na Bahia.

A relevância do desfile do Ilê se deu a partir do contexto social notadamente marcado por um clima internacional de tensões raciais. Afirmamos ter sido marcante a influência do processo emancipatório da negritude norte-americana nas maneiras de manifestações do Ilê Aiyê, pois, a época denotava um sentimento mundializado a partir dos Black Power americanos e dos Panteras Negras, movimentos que marcaram a luta dos negros estadunidenses, clamando por liberdade e fim da opressão política e cultural. Por isso, ficou patente no primeiro desfile em 1975 a intencionalidade da africanização como forma de aproximação comunitária idealizada pelos jovens criadores do Ilê Aiyê, residindo neste aspecto a originalidade do bloco que se assumiu como associação cultural em 1986, ano considerado marco da disposição do Ilê Aiyê nas ações afirmativas por meio da cultura, do lazer e da educação. Ao analisar os impactos cênicos do primeiro desfile do Ilê Aiyê e as reivindicações expostas nos apelos do bloco, tentamos dimensionar este fenômeno atentando para os compromissos da entidade com as causas sociais, levando-se em consideração as justificativas de criação do bloco, a exemplo da organização cultural, educacional e de lazer.

O ano de 1986 foi marcante para a efetivação do Ilê Aiyê como entidade congregadora do lazer, é quando o bloco recebe o nome de Associação Cultural Carnavalesca Bloco Ilê Aiyê, definindo suas bases culturais pela defesa da cultura afro-brasileira e africana e adotando um caráter racial em suas visões políticas. Neste texto lazer é entendido como atividades do tempo livre que

¹ Na língua yorubá significa casa da terra e popularmente “mundo negro”

tem por objetivo provocar o desenvolvimento social e cultural dos sujeitos. O lazer, neste sentido, é assumido pela comunidade estabelecendo a africanização do carnaval de Salvador e inspirando o surgimento de outras agremiações, a exemplo do Malê de Balê fundado em 23 de março de 1979, no bairro de Itapuã e o Muzenza criado no dia 5 de maio de 1981 e precursor do samba-reggae, ritmo que alimenta a fonografia baiana. O Ilê também inspirou a criação do Olodum em formato de Organização Não Governamental, ONG, surgido no bairro do Maciel, no Pelourinho, centro de Salvador, no dia 25 de abril de 1979. Com a assunção de entidade carnavalesca, o Ilê não deixou para trás os objetivos políticos e culturais: luta antirracismo e propagação da cultura africana e afro-brasileira. As temáticas do bloco passam a ser preparadas, formatando uma mensagem única estampada nas festas, mensagens das canções e especialmente nas vestimentas do carnaval. O estampado das cores vibrantes do Ilê embute seu tema em imagens que interpretadas dão o recado exato.

Assim, no ano de 2012 o tema do Ilê Aiyê foi “Os Negros do Sul”, uma oportunidade de lembrar a existência e a resistência da negritude do sul do país, suas influências na luta antirracista, uma pedagogia implícita que deságua na oportunidade de entender a mensagem como algo não separado do todo, o corpo do Ilê Aiyê, no sentido de corpo como organização de funções e formas interdependentes e políticas. Esse formato de agremiação faz lembrar a luta antirracista das primeiras décadas após a abolição quando são criadas no âmbito do lazer as Entidades dos Homens de Cor para congregar comunidades libertas, uma forma de organizar e atuar para garantir emprego, renda e lazer. É que a abolição não garantiu liberdades que amparassem a população negra materialmente e simbolicamente. Do contrário, deu origem a marginalização dos negros por via da recusa da mão de obra e direito à educação, à saúde e ao emprego, uma forma de alimentar o desamparo dos ex-escravizados e tirar-lhes as mínimas oportunidades e condições de sobrevivência.

Embora com características mais assistencialistas do que recreativas, as associações de negros libertos tinham bandeiras bem definidas, exemplificando a saúde, o trabalho, a educação e o lazer. Objetivamente, defendemos o lazer como elemento politizador e agregador com finalidades de resistência no recorte temporal e época histórica deste estudo. Parte deste tema foi apresentado como comunicação oral no grupo temático Lazer e Sociedade do XXI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VIII Congresso Internacional de Ciência do Esporte, CONBRACE/CONICE, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, no ano de 2019, o que suscitou interesse dos participantes, principalmente pela pouca abrangência da temática neste evento. Esta versão, portanto, catalisa resultados e reflexões caminhanes para as áreas da Educação Física e Educação.

METODOLOGIA

Este é um estudo bibliográfico, cuja base é o texto “Movimento negro brasileiro e sua trajetória para inclusão da diversidade étnico-racial” escrito e publicado por Ana Célia da Silva na revista FAEEBA, Educação e Contemporaneidade. V.11, n.17. jan/jun, 2002, UNEB, Salvador-Ba. Por historicizar, o texto pode, comparado a outros mais atuais, divergir da cronologia dos acontecimentos, principalmente as datas em que vigoraram as agremiações citadas e defendidas como de lazer na pós abolição, compreendemos, entretanto, que não há incongruências teóricas entre o texto utilizado na pesquisa e os atuais, considerando a pouca materialidade do tema à época da primeira versão do artigo. Os passos que se seguiram a partir da leitura do texto de Ana Célia da Silva foram localizar os movimentos mais expressivos confiados pela autora, sem a necessidade de classificá-los num tempo exato. A precariedade documental da pesquisa histórica nos limitou enquanto levantamento de datas, preservando, porém, a existência e registro das agremiações e associações.

RESULTADOS

O objetivo deste texto é aproximar os estudos do lazer da historicidade da luta antirracista no Brasil, contribuindo para o campo da Educação Física. Outra proposta é debater as manifestações de lazer no âmbito do Movimento Negro atual para suscitar reflexões sobre o momento do movimento antirracista na educação e na sociedade em geral por meio das práticas de lazer, refletindo ainda sobre o alcance deste aporte social nas populações historicamente excluídas das práticas de lazer, a exemplo dos negros e negras e indígenas.

O surgimento das primeiras agremiações negras e a utilização do lazer como aporte politizador e denunciador do racismo

Na Primeira República, a partir de 1889, surgiram as primeiras agremiações. A mais antiga delas foi o Clube 28 de setembro, fundado em 1897. Ainda em São Paulo, foram fundadas o Centro Literário dos Homens de Cor, o Centro Cultural Henrique Dias, a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor e a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos. No Rio de Janeiro marcaram a época o Centro da Federação dos Homens de Cor. Também merece lembrança como entidades construtoras da autonomia organizativa dos ex-escravizados, o Centro Cívico Cruz e Souza, criado em 1918, em Lages/SC e a sociedade Progresso da Raça Africana, em 1891 em Pelotas/RS.

É incerto o número de associações negras criadas em São Paulo, sabemos, contudo, que o número ultrapassou a marca de 100 entidades, mostrando que o protagonismo negro tinha fôlego para se organizar e buscar soluções para o caos social herdado da escravidão e confirmado pela abolição. Nesta parte da história as mulheres negras não ficaram de fora. É memorável a existência da Sociedade Brinco das Princesas surgida em 1925 em São Paulo e a Sociedade de Socorros mútuos Princesa do Sul, em 1908, em Pelotas/RS. Outra forma de enfrentamento foi a criação da imprensa negra com estrutura comunitária e discurso político antirracista. A denúncia das mazelas da população negra era teor prioritário das mensagens dos jornais criados, dentre os quais podemos citar o jornal “A Pátria”, criado em São Paulo em 1899.

Até o ano de 1930 pelo menos 30 jornais negros circulavam em São Paulo. Nesta época, o racismo era assumido pelos ex-escravizados como alavanca para manter no alto a segregação racial no Brasil que impedia os negros de terem cargos de evidência em órgãos públicos e privados e proibição da entrada deles em hotéis, restaurantes, clubes e cinemas. Esta passagem da história do movimento negro teve forte influência no sentido político, pois deu a cara do que viria a acontecer a partir de 1931 quando é fundada a Frente Negra Brasileira. A FNB teve forte presença na Bahia, segundo Silva A.C. (2002). Diz a autora, que a “formalização da Frente foi precedida das irmandades e associações beneficentes e operárias”. (p.144).

Comenta Silva (2002) que a Frente Negra era “caracterizada como um movimento político de massa, integracionista e de reação à discriminação do negro no mercado de trabalho”. Desta forma, a Frente contabilizava mais de 30 mil filiados em todo o país, ganhando status partidário. Assim, em 1937 ao congregar filiados negros e não negros passou a ser chamada de “União Negra”. Na Bahia, a Frente Negra estabeleceu estratégias de trabalho educativo por meio de conferências e comícios de intelectuais. O fundador da Frente na Bahia, Marcos Rodrigues dos Santos, ampliou as ações do movimento, promovendo também a visibilidade para as mulheres negras, instituindo um quadro feminino dentro da própria organização política. Na análise de Silva A. C. (2002) a desagregação da Frente Negra na Bahia deveu-se a eficiente estratégia do mito da democracia racial, da cultura nacional e da mestiçagem elaborado por partidos políticos de representatividade dominante e que foi disseminado através dos meios de comunicação de massa e recursos pedagógicos, a exemplo de livros e revistas.

A Frente Negra visava outro combate: mudança na maneira de analisar a problemática do negro na sociedade até então centrado na objetividade fatural e histórica, tendo como base o regime escravocrata e suas sequelas. Na década de 1930 as academias nordestinas, especialmente as câmaras de graduação, realizaram uma série de congressos para abordar questões de afrodescendência. O primeiro deles foi realizado em Recife no ano de 1934 e na Bahia em 1937. Os

Congressos afro-brasileiros tinham cunho racista semelhante ao pensamento de Nina Rodrigues: “Nesses congressos o negro era transformado em objeto, em assunto de pesquisa, num mecanismo psicológico compensatório do que julgavam ser uma inferioridade”. (SILVA, 2002, p.145).

O pensamento da Frente Negra de deslocar a suposta inferioridade racial e intelectual dos negros para uma consciência sobre um pacto de dominação branca forjada no mito da democracia racial e da naturalização do fenômeno da escravidão. Através destes mecanismos edificou novas investidas no campo político e educacional. Esta estratégia favoreceu a outras formas de análise centrada nas denúncias de mecanismos de exclusão social como o racismo institucional, cultural, educativo e epistemológico.

Além da Frente Negra, outras entidades políticas apareceram com a mesma determinação: integrar o negro à sociedade, dentre elas a sociedade Henrique Dias (1937) em Salvador, a Frente Negra Socialista, em São Paulo, (1932), e a Legião Negra em Uberlândia/MG, em 1934. Da segunda república até a ditadura militar (1945-1964), o Movimento Negro ficou restrito à UHC, União dos Homens de Cor que teve como líder o gaúcho João Cabral Alves. De estrutura burocrática, a UHC assistia a cerca de 20 entidades em todo o país e inspirou a criação de outras entidades como a União Catarinense dos Homens de Cor, em Blumenau, em 1962, e a União Cultural dos Homens de Cor, no Rio de Janeiro. Com a ditadura militar de 1964 muitas destas entidades sucumbiram diante das investidas militares.

Na República Nova, o Movimento Negro reiniciava sua organização depois de décadas de abandono e inércia. Mas o golpe militar de 1964 tinha deixado marcas profundas, tais como a estigmatização dos dirigentes negros acusados de incitar uma discussão racial combatida pelos militares. Somente a partir de 1970 ressurgiram sinais de uma nova luta, quando é fundado em São Paulo o Centro de Cultura e Arte Negra, CECAN, formado por um grupo de artistas e estudantes. Em Porto Alegre surgiu o Grupo Palmares, primeiro a defender a troca da festa do 13 de maio para o dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares. No Rio de Janeiro o Black Rio arrebatava jovens no movimento Soul e finalmente em 1976 é criado também no Rio de Janeiro o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, IPCN.

Em 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado, MNU, o Movimento Negro volta à cena com outra face: inspirado na luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos à imagem de Martin Luther King e Malcolm X e organizações marxistas como os Panteras Negras, além do processo de libertação de países africanos como Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. Internamente o MNU bebia da fonte da convergência socialista, onde a luta antirracista tinha que ser atrelada à luta anticapitalista, pois entendiam os militantes que o capitalismo era o grande alimentador do racismo. Uma data importante para o Movimento Negro é o dia 18 de junho de 1978

quando diversas entidades se reuniram para criar em São Paulo o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). A primeira grande atividade do novo movimento foi um ato público realizado no dia 7 de junho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo e que reuniu cerca de duas mil Pessoas. Naquele dia o protesto foi contra a morte do negro Robson Silveira da Luz, espancado por quatro jovens no Clube de Regata Tietê. O fato ganhou repercussão nacional e uma Carta Aberta foi lançada em todo o país pedindo que os negros se organizassem contra a discriminação racial em seus locais de labuta: emprego, escolas e terreiros de candomblé e umbanda.

A luta também denunciava a violência policial contra os negros. Na primeira Assembleia Nacional de organização e estruturação da entidade o termo “Negro” passou a integrar a nova sigla, agora chamada de MNUCDR. O MNU, então, finca o trabalho na educação e faz, dentre outras, reivindicações para a introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares se antecipando à lei 10.639/2003 sancionada no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A existência do MNU significou avanço na luta do movimento negro porque decidiu atar a luta do negro a de outros oprimidos da sociedade e de enfrentar sem arrefecimento o problema do racismo no país. O termo negro ganhou assunção cultural e política, não mais pejorativa e, assim, extinguiu-se praticamente o termo Homem de Cor. Também é importante lembrar que as novas ideias do MNU atingiram o cerne religioso, obrigando ativistas a assumirem a religião afro-brasileira, especialmente o Candomblé. Aliado a isso, iniciou uma campanha ferrenha contra a cordialidade do termo mestiçagem e seus atributos alienatórios de esmagamento da identidade negra no Brasil. Argumentou que a mestiçagem favorecia o processo de branqueamento, por isso, o discurso mestiço deveria ser extirpado. Atualmente, o campo da educação é foco central do movimento negro. Segundo Gomes, 2018, p. 21, na contemporaneidade o Movimento negro age como ator político, politizando ações e desenvolvendo atos emancipatórios.

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante. (GOMES, 2018, p. 21)

Com o Programa de cotas raciais nas universidades e a difusão e aplicação da Lei nº 10.639/2003, o movimento negro caminha para ocupar espaços nas academias e formar seus intelectuais, ou seja, ocupar lugares onde antes o negro não tinha acesso, a exemplo dos programas de pós-graduação das universidades. A produção de material didático e uma extensa produção

acadêmica sobre educação, racismo e história africana e afro-brasileira são outros objetivos do Movimento.” Se o poder é doce, eu também quero”, está máxima também vale para a conscientização do processo eleitoral e para a escolha de candidatos ligados a agremiações negras. O cuidado com o voto passa a ser outro objeto de conscientização nas campanhas e no cotidiano negro.

A entrada em cena do movimento hip-hop trouxe novo ânimo ao Movimento Negro por significar um movimento cultural novo que adquire dimensões internacionais. Além disso, o hip-hop instiga a rebeldia afrodescendente, procurando melhorar a autoestima do jovem negro. O Movimento Negro também se identifica com as letras musicais do hip hop por trazerem embutidas mensagens de protesto, denunciando a discriminação racial e social e demonstrando mais uma vez o protagonismo negro. Sá, 2022, p. 10 salienta a continuidade dos formatos artísticos e de lazer como conagração da negritude na atualidade. Citando o *funk* carioca como um destes elementos, o autor discorre sobre os efeitos deste ritmo musical e sua associação com a politização do lazer.

Os bailes *funk* carioca, por exemplo, surgem nas periferias do Rio de Janeiro como forma de resistência e existência de grupos subalternos ainda durante o período da ditadura militar, é preciso entender que, no contexto em que surgiram, as formas de lazer eram precárias nas favelas e periferias da cidade. Até a década de 1980 os bailes aconteciam em ginásios de esportes e quadras de escolas de samba, esta última fundamental historicamente para fortalecer e fomentar as culturas periféricas afrobrasileiras. (SÁ, 2022, p.10).

Pomin e Café (2020, p.03) entendem que há um desenho decolonial na atual Educação Física brasileira a partir de referências não eurocêtricas e inclusão de novos aportes literários para um alargamento do campo.

Na luta por uma educação descolonizada² e compromissada com a superação do racismo, faz-se urgente a reconfiguração dos paradigmas da Educação Física e a reestruturação de conceitos. Essa transformação deve ser realizada considerando o pluriculturalismo brasileiro, de modo que se promova a representatividade de todos os estudantes, por meio da valorização da pluralidade, da diversidade e, acima de tudo, do respeito à diferença, evitando que a escola aprisione crianças e adolescentes em uma identidade única e que leve à destruição das representações dos diferentes grupos raciais e étnicos. (POMIN; CAFÉ, 2020, p. 03).

² Educação descolonizada significa uma educação para além dos interesses do atual padrão de poder mundial: capitalismo/colonialismo/patriarcado. É um fazer pedagógico baseado em um currículo voltado para a pluralidade e para diversidade. É uma educação que combate o eurocentrismo e propõe a diversidade epistêmica.

Desta forma, acreditamos não ser possível discorrer sobre o lazer e as práticas corporais de matrizes afro-brasileiras sem uma noção epistemológica coerente, o que, para nós, enriquece o campo da Educação Física, diversifica e cria novos embates acadêmicos, fortalecendo a área. Na atualidade do Ilê Aiyê, cada vez mais se assume a festa como de conagração político-ideológico.

O nascimento do Teatro Experimental do Negro (TEN) um marco do protagonismo por via do lazer e das artes

O protagonismo negro também se deu na arte, mais precisamente nas artes cênicas com a criação do Teatro Experimental do Negro, TEN, o corpo negro passou a ser exibido e respeitado através da arte. Quando o Teatro Experimental do Negro surgiu, no dia 13 de outubro de 1944, o cenário artístico nacional já rejeitava o corpo negro ostensivamente em várias áreas, a exemplo da TV, do Rádio e do Cinema. No Teatro, as personagens negras apareciam como deboche em sua condição social ou marginalizada.

O TEN mudou a cena colocando peles negras e ideários negros em seus trabalhos. O grande idealizador do TEN, Abdias do Nascimento, enxergava um teatro onde os corpos negros pudessem mostrar-se além da cena, em suas nuances psicológicas e emocionais, além da probabilidade da aceitação do público em geral. O TEN foi responsável pelo surgimento de ícones negros do cinema nacional como Ruth de Souza, Léa Garcia, Haroldo Costa, Aguinaldo Camargo, entre outros. Estes surgiram pela visão do TEN ou não teriam existido porque não atuavam em peças do teatro branco brasileiro.

A marcação do corpo negro aparece como forte referencial de talento e formação, além dos subsídios artísticos e cênicos. Nascido para inicialmente ser um reduto artístico teatral, o TEN acabou se transformando em um grande movimento social untando arte e lazer à educação de instrução, pois passou a oferecer cursos de alfabetização. Os corpos negros recrutados eram, em geral, motoristas, empregadas domésticas e pedreiros, gente que chegava ao TEN com baixas expectativas artísticas e que junto chegou a formar um grupo de 50 atores até o final de seus trabalhos em 1968 quando seu idealizador Abdias do Nascimento se autoexilou nos Estados Unidos.

Nos anos em que atuou, o Teatro Experimental do Negro conseguiu desmistificar a imagem corporal negra, embora o corpo negro não tenha entrado na discussão dos críticos como elemento

politizador e sim como marca artística de um país que ostentava uma arte brancocêntrica. O TEN era tão improvável que não havia textos para abrigar atores negros e a sua estreia no dia 8 de maio de 1945 foi feita com a apresentação da peça “O Imperador Jones”, do americano O’Neill. A estreia foi no Teatro Municipal do Rio por intervenção do presidente da República Getúlio Vargas, após receber Abdias do Nascimento em audiência que denunciaria o Teatro Municipal do Rio como grande reduto do racismo daquela época.

O TEN centrou-se no Rio de Janeiro, mas teve repercussão nacional a partir do acúmulo de trabalhos realizados. Entre 1945 até o exílio de Abdias do Nascimento o teatro experimental do negro encenou mais de 20 trabalhos. Assim, o corpo negro também esteve em cena na segunda peça do TEN encenada em 1946 intitulada “Todos os filhos de deus têm asas” e no mesmo ano estreou “O Moleque sonhador”, ainda de autoria de O’Neill. Somente em 1947 o grupo expôs em seus trabalhos trechos de autores brasileiros quando encenou “Navio negreiro; vozes D’África e Lúcia”, inspirados em Castro Alves. Uma peça inteiramente nacional veio à cena no mesmo ano, chamada “O Filho Pródigo” de autoria de Lúcio Cardoso. Mas a marca maior das produções do TEN teve repercussão com a encenação da peça “Aruanda”, de Joaquim Ribeiro, em 1948, que tematizava a religiosidade afro-brasileira. A personagem principal traía o marido com o “santo”. Já em 1949, “Filhos de Santo”, de José de Moraes Pinho, dava o tom ao momento excelente vivido pelo TEN em seus discursos e objetivos de visibilizar a cultura afro-brasileira e valorizar o corpo negro bem como sua religiosidade. Esta peça falava dos problemas de trabalhadores de Pernambuco em greve usando a mística do orixá Xangô.

O TEN começava a ser aceito sem se afastar do cenário teatral internacional e foi com a encenação de “Calígula”, de Albert Camus e a presença do dramaturgo francês no Brasil que o Teatro Experimental do Negro teve seu auge de representatividade. Depois disso, a companhia declinou e só voltou a cena em 1952 quando Abdias do Nascimento criou o “Teatro de Revista a Rapsódia Negra” e em 1957 quando o TEN volta finalmente ao Teatro Municipal do Rio com a peça “Sortilégio”, de Abdias do Nascimento, na qual ele encarna um advogado negro que se casa com uma mulher branca, terminando por assassiná-la. A última peça do TEN foi “Além do Rio”, de Agostinho Olavo, trabalho este que não pode ser apresentado no Primeiro Festival de Arte Negra no Senegal em 1986 porque a ditadura militar proibiu a companhia de deixar o país sob a desculpa de que o Teatro Experimental do Negro não representava a contento a cultura brasileira.

A estética negra foi o grande diferencial do TEN e atava em suas produções a dança, o teatro, a música e a poesia, trazendo aspectos de um novo teatro com heranças afro-brasileiras e conteúdos populares que denotavam realmente a ideologia da arte negra no país. O corpo negro é posto em discussão de bastidores, reivindicando um país plurirracial e pluricultural. A contribuição

do pensamento de Abdias do Nascimento nasce da defesa que ele faz sobre a vitimização dos negros ao longo da história e da herança social deixada pelo regime escravocrata. Abdias do Nascimento foi o primeiro a denunciar a necessidade de ver o Brasil pelo ângulo de sua plurirraciedade. O fez no livro “O Genocídio do Negro Brasileiro” onde defende a ideia de que o país deveria ser considerado plurirracial.

Segundo Munanga (2006, p.98):” Ou a sociedade brasileira é democrática para todas as raças e lhes confere igualdade econômica, social e cultural, ou não existe uma sociedade plurirracial”. O corpo negro sempre foi expositor de uma representatividade associada à mestiçagem forçada pelo imaginário brasileiro. Ao homem negro foi delegada a ideia de utilidade braçal e da mulher negra, sensual e erótica. Isto foi dito em várias músicas carnavalescas da época. O desenvolvimento destas agremiações em seus tempos históricos, mudou o cenário artístico e cultural, dando uma visão frontal do racismo brasileiro nestas áreas e alcançando embates políticos responsáveis pelo nascedouro de outras entidades mais contemporâneas que agregam o lazer como direito constitucional e comunitário, a exemplo do Ilê Aiyê.

O lazer e seus elementos constitutivos de identidades e liberdades

Ao escrever o texto “Reflexões sobre a política social e a política de lazer no Brasil”, em 2016, Lopes, Santos e Isayama discorreram sobre a Introdução do Estado Social Brasileiro (1930-1964) e os Reflexos nas Políticas de Lazer. Segundo os autores, o Lazer foi estabelecido como política social a partir de 1930, contudo, sem contemplar as ações populares e com marcos regulatórios acelerados.

No Brasil, a partir de 1930 ocorrem transformações no comportamento do Estado associadas à revolução da era Vargas. O Estado passa a intervir na esfera da acumulação reorganizando o processo de produção e promovendo uma regulação social acelerada. A era Vargas inaugurada com a revolução de 1930 incita transformações no âmbito de atuação do Estado. (LOPES; SANTOS; ISAYAMA, 2016, p. 340).

Por estas considerações, fica evidente que o lazer associado ao tempo livre ou libertação das obrigações visava apenas uma existência governamental regulatória, sem interferir nas organizações populares como centro de debates, aglutinação e movimentação política. Para as agremiações pós abolição marcadas pela criação de clubes recreativos e elitistas, a questão do lazer foi posta como encontro político, educativo e cultural, uma forma de contrapor um sistema que impedia o acesso de negros a estabelecimentos clubistas de brancos. Pelo que verificamos nas estruturas das

agremiações pós abolição aqui citadas, as associações de homens de cor e depois os movimentos negros criaram além do aporte educativo e cultural, formas de divertimento sem perder de vista o propósito politizador contido no lazer. Ainda no texto, os autores chamam a atenção para o direito ao lazer como espaço institucionalizado nas bases do bem estar social ou previdência. Ou seja, apenas sujeitos instituídos como trabalhadores, com obrigações e deveres tinham acesso e direito ao que se pregava como manifestações de lazer, horas de folga e eventos.

Os direitos sociais eram conferidos somente aos grupos ocupacionais reconhecidos e regulamentados pelo Estado. “As raízes da cidadania não estavam em um código de valores políticos, mas sim em um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal. Os cidadãos eram aqueles localizados em ocupações reconhecidas e definidas por lei”. (LOPES; SANTOS; ISAYAMA, 2016, p. 341).

Moreira (2023) salienta o papel do lazer em uma sociedade com características emancipatórias, reivindicando-o como fenômeno social capaz de valorizar o sujeito histórico e criador.

Compreender o Lazer, a Cultura e o Esporte como fenômenos sociais requer a busca por conceitos diante da necessidade de ligação concreta entre estes aportes. É preciso, amiúde, explicitar o papel destes fenômenos na construção do sujeito histórico e criador cultural, admitindo situar este sujeito em uma sociedade com características emancipatórias. (MOREIRA, 2023, p.202)

Com estas informações, podemos concluir que o lazer pós abolição para as populações negras não tinha valores de licitude e que por isso era combatido. Junte-se a isto, as rodas de samba e de capoeira que chegaram a ser proibidas neste marco de tempo, as décadas de 1920 e 1930. Hoje, o lazer associado à cultura e à educação se dá por meios de festas populares ou comemorativas com forte adesão popular e apelos capitalistas.

O Ilê Aiyê e suas formas de enfrentar o racismo com arte e lazer.

Ao analisar os impactos cênicos do primeiro desfile do Ilê Aiyê (1975) e as reivindicações expostas nos apelos do bloco, tentamos dimensionar este fenômeno atentando para os compromissos da entidade com as causas sociais, levando-se em consideração as justificativas de criação do bloco como organização cultural, educacional e de lazer.

Consideramos a perspectiva educacional do Ilê Aiyê a partir de sua luta política por questões emancipatórias como renda, emprego, educação, cultura e lazer. De outro modo, é preciso confirmar a existência do Ilê Aiyê como herança do terreiro Ilê Axé Jitolu, pois a permissão para a

criação do “mundo negro”, a casa do Ilê, foi dado pela Yalorixá Mãe Hilda Jitolu, compreendendo ser necessário um espaço onde se pudesse congregiar o lazer com as formas de resistência para a população do bairro da Liberdade, especialmente da Rua do Curuzu.

Importante é lembrar o solo de onde brotaram as ideias de criação do Ilê, remontando um pouco da história deste lugar, o bairro da Liberdade, cuja rua principal, Lima e Silva, divide a história em dois marcantes episódios: o primeiro deles data do período colonial quando o bairro ainda era chamado de Estrada das Boiadas por onde passava o gado oriundo das fazendas do Recôncavo para ser levado para os mercados locais ou para o porto de Salvador; o segundo ostenta a glória de ter abrigado os pés dos que marcharam pela libertação da coroa portuguesa na luta pela independência da Bahia. O bairro da Liberdade ganhou este nome por ter sido um dos palcos da luta histórica do 2 de julho de 1822, por meio da qual foram expulsos os portugueses, consolidando o processo de independência do Brasil. Hoje, o bairro da liberdade pode ser visto como um distrito dentro de Salvador pela sua densidade populacional, perto de 600 mil habitantes, a maioria negra. É um importante centro comercial, de cultura e de lazer por abrigar, também, a famosa festa católica da Lapinha e dos festejos a São Cosme e São Damião, padroeiros católicos da Liberdade.

A educação também pode ser lembrada, pois se encontra na Liberdade uma importante referência em escola idealizada por Anísio Teixeira, o centro Educacional Carneiro Ribeiro ou simplesmente Escola Parque que abrigou em seus quadros alunos que fundariam o bloco Ilê Aiyê. Subdividido em grandes localidades, o bairro da liberdade guarda outros nomes além da rua do Curuzu, a exemplo da Soledade, Bairro Guarani, Lapinha, Sieiro, Pero Vaz, Rua Duque de Caxias, Jardim São Cristóvão, etc.

É neste cenário histórico e denso que o Ilê Aiyê se planta e se espalha, mostrando a ligação entre os propósitos políticos da entidade e a luta histórica do movimento negro por questões sociais, econômicas, culturais e de lazer. Isto se faz necessário, pois os pilares da afirmação do bloco Ilê Aiyê, quais sejam cultura, lazer, educação e identidade, praticamente redefiniram as ações do Movimento Negro na Bahia, conforme defendeu Silva (2002). Diz a autora que, “o que o Ilê Aiyê estava fazendo era uma articulação político-cultural, mediando através da dança, do canto, da indumentária, mensagens que conduziram ao orgulho de ser negro e das suas origens culturais” (p.146). Desta forma, considera que movimento negro pode ser analisado a partir de uma visão político-ideológica definida por meio de posições sociais. Do mesmo modo, compreende-se que movimento negro se define como: “todas as entidades ou indivíduos que lutaram e lutam pela sua liberdade, desenvolvem estratégias de ocupação de espaços e territórios, denunciam, reivindicam e desenvolvem ações concretas para a conquista dos direitos fundamentais na sociedade” (SILVA,

2002, p.140). Assim, a autora identifica como contribuição do movimento negro o debate sobre possibilidades emancipatórias na educação formal e não-formal.

Identificamos como uma das maiores contribuições desse movimento para o desenvolvimento social do povo negro a sua luta constante pela conquista na educação, inicialmente como meio de integração à sociedade e depois denunciando a instituição educacional como reprodutora de uma educação eurocêntrica, excludente e desarticuladora da identidade étnico-racial e da autoestima desse povo (SILVA, 2002, p.140). Compreendemos, desta forma, que a luta objetiva do movimento negro pela educação começou a efetivar-se nas três primeiras décadas após a abolição. A questão educacional e de lazer vem sendo posta desde então. De outro ponto, pensamos que a luta contra o regime escravocrata começou com a chegada dos primeiros escravizados ao Brasil, no século XVI, pois entendemos que este episódio não foi passivo e que o protagonismo negro foi importante para a resistência à vida escravocrata. Infelizmente não temos marcas históricas desta passagem e de seus heróis, compreendemos, entretanto, que ninguém é escravo porque assim o deseja e que a subalternidade é um mecanismo opressor que sofre resistência por meio da contra hegemonia, ainda que esta luta enfrente a face da tirania e da covardia através de um sistema que escravizou sem dar a chance da contraposição, pelo menos até surgirem os primeiros movimentos organizados.

Os negros aqui desembarcaram com seus dialetos, suas etnias e suas vocações. O país se construía com mãos de ferro da colonização e esse povo negro foi dominado, exaurido e subalternizado. Em Contraponto, trouxeram em seus corpos as marcas de seus antigos territórios, suas crenças e formas de ser, seu gingado, seus gestos, seus talentos que foram cobertos pela necessidade de utilização mercadológica de seus corpos nas atividades preparadas pela colonização. As tatuagens corporais ficaram expostas, mas não sucumbiram. Do contrário e de modo alternativo foram se edificando a cada luta, a cada passo dado em direção à liberdade nas várias passagens históricas e nas pequenas rebeliões registradas no cotidiano desses negros.

Essa face da luta dos negros contra o regime escravocrata é lembrada nas produções dos Cadernos de Educação, produção didática criada pelos intelectuais do Ilê Aiyê com o fortalecimento de uma educação negra nas escolas públicas do bairro da Liberdade. Propondo seu trabalho político-educacional consciente, o Ilê faz a seleção temática de dança, da gestualidade, de códigos de linguagem. Percebemos também que esta história é contada de modo a protagonizar os momentos e não fazer deles uma lembrança passiva. Em meio a este propósito estão o corpo, o gesto, a dança para contextualizar a história. O negro já clamava por liberdade quando deixou suas marcas nas formas de ser, na culinária, na dança e na religiosidade. No campo da Educação, as ações do Movimento negro centraram-se inicialmente na denúncia da educação excludente e da

pedagogia não crítica fluentes desde o fim da escravidão. Nas Artes e no Lazer, assumiram a musicalidade e as corporeidades que se destacam atualmente entre o *bussines* e o lazer de milhões de pessoas na Bahia e no Brasil. O ponto alto da festa, cultura e lazer no Ilê Aiyê é “A Noite da Beleza Negra” quando é eleita em julgamento a mulher que vai comandar as ações culturais e de lazer do bloco ao longo do ano. E não basta ser negra para tentar ser rainha do Ilê, deve ostentar conhecimentos sobre a cultura e se identificar com a luta do povo negro no Brasil.

Algumas Conclusões

A Constituição de 1988 estabeleceu o Lazer com direito cidadão e desde então vem se fazendo um grande esforço para pô-lo em prática nas políticas públicas. O que observamos neste estudo é que o período pós abolição não tinha essa visão porque o Estado regulava as ações e escolhia os beneficiários dela. As organizações de Homens de Cor foram pioneiras na valorização do lazer para ex-escravizados e ainda revelou o teor socioeducativo nas suas ações.

Creditamos aos componentes cultura e politização a permanência do lazer como aporte para a luta dos movimentos negros no Brasil a partir de sua inserção nas organizações mais antigas. Na Bahia, esta constatação é notória desde a preparação das festas pré-carnavalescas até as datas comemorativas e servem de apelo para a produção\criação cultural de grupos organizados. De outro modo, é preciso reforçar a ideia de que o lazer isolado não agrega politização à luta das populações negras, ele deve estar acompanhado de ações educativas e culturais e se estabelecer como ponto de encontro das ambições pela diminuição das desigualdades raciais e sociais.

Não quer dizer, entretanto, que o lazer da negritude baiana não sofra efeitos da subalternização capitalista, principalmente no carnaval, ou que os setores governamentais estejam atentos ao valor das agremiações. O turismo de lazer é o fenômeno mais debatido atualmente na capital Salvador que detém mais de 80 por cento de negros e negras. As engrenagens capitalistas visam esta fatia e a negociação tanto política como comercial se ajusta aos apelos pelo respeito à história construída pelos movimentos negros na área do lazer e da cultura, uma luta que torna polêmico o exercício do lazer enquanto conteúdo libertário de uma maioria em desigualdade.

Falar do corpo do Ilê implicou em uma busca histórica sobre a construção desta entidade sem a qual o processo não poderia ser compreendido. Esta dimensão abraça o Teatro Experimental do Negro, de Abdias do Nascimento, as passagens históricas do Movimento Negro e as relações da construção do significado de Lazer a partir dos eventos pós-abolição.

Na Bahia, os blocos afros são o grande alvo da indústria de lazer e festas, mas seus produtos fonográficos não são valorizados na mídia convencional. Ainda há muita dificuldade em estabelecer espaços para os desfiles dos blocos afros que também não têm apelo midiático paritário dos grandes blocos de trios que arrastam multidões e vivem da venda da música dos grandes astros e das fantasias, os chamados “abadás”.

O Trabalho social de blocos como o Ilê Aiyê é conhecido mundialmente por congregar uma escola de ensino fundamental, cursos profissionalizantes e fábrica de fantasias. Para manter um prédio de 8 andares que abriga o maquinário do bloco, é preciso ajuda governamental e patrocínios que nem sempre estão de acordo com a pregação política e cultural do bloco. As grandes cervejarias ignoram que a maioria negra é que consome a bebida e preferem apostar nos blocos com grandes trios elétricos. Em 2024 o Ilê Aiyê completou 50 anos de fundação, de história e de luta antirracista.

REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas pela emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2018.

LOPES, Tarcila Bretas; SANTOS, Dalva de Cássia Santos; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Reflexões sobre a política social e a política de lazer no Brasil, **Licere**, Belo Horizonte, v.19. n.3, set, 2016, <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2016.1297>. Acesso em 11.04.2024

MOREIRA. Anália de Jesus. **Mapeamento dos equipamentos de lazer, esporte e cultura do município de Amargosa-Ba, in a Interiorização do Ensino Superior no Recôncavo da Bahia: a trajetória docente em Ensino, Pesquisa, Extensão e Movimento Antirracista**. Curitiba-PR: CRV, 2023.

MUNANGA, Kabengele, **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

POMIN, Fabiana; CAFÉ, Lucas Santos, Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira. **Motrivivência**, Florianópolis, v.32. n63, julho/dezembro, 2020. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020.e74127>. Acesso em 03.07.2024.

SÁ. André Luiz das Graças, Descolonizando a cultura corporal: algumas reflexões e proposições, **Motrivivência**, Florianópolis, v.34. n.65, 2022. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2022.e83784>. Acesso em 03.07.2024.

SILVA, Ana Célia da. Movimento negro brasileiro e sua trajetória para inclusão da diversidade étnico-racial. **Educação e Contemporaneidade – FAEEBA**. Salvador, v.11, n.17. jan/jun, 2002. Disponível: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/view/240/139> . Acesso: 15 jul 2024.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS – não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - não se aplica

FINANCIAMENTO – não se aplica

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM – não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES – não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência** - ISSN 2175-8042 os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Juliano Silveira

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Maria Vitória Duarte

HISTÓRICO

Recebido em: 11.04.2024

Aprovado em: 11.07.2024